os candidatos devem reunir os seguintes requisitos até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas:

3.1 — Requisitos gerais — os previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

3.2 — Requisitos especiais — os referidos na alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, republicado de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

3.3 — Possuir vínculo à função pública.

4 — Remuneração e condições de trabalho — a remuneração é a resultante da aplicação do disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, republicado de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e as condições e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os trabalhadores da administração central.

5 — Área funcional — reprografia.

6 — Conteúdo funcional — funções executivas no âmbito da utilização das máquinas fotocopiadoras, equipamento de duplicação e tarefas complementares.

7 — Local de trabalho — Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, sita na Avenida da República, 32, 1, 1050-193 Lisboa.

8 — Prazo de validade — o concurso é válido para a vaga indicada, esgotando-se com o seu preenchimento.

9 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

10 — Métodos de selecção:

Prova de conhecimentos gerais;

Entrevista profissional de selecção.

10.1 — A prova de conhecimentos terá carácter eliminatório, sendo valorizada de 0 a 20 valores. Serão excluídos os candidatos que nela obtenham classificação inferior a 9,5 valores. A prova de conhecimentos é escrita.

10.2 — A prova de conhecimentos gerais terá a duração de uma hora e trinta minutos e será valorada de 0 a 20. A sua elaboração terá por base o programa aprovado pelo despacho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 131, de 5 de Junho de 1996, e incidirá sobre os seguintes temas:

Conhecimentos gerais ao nível das habilitações legalmente exigidas, fazendo apelo quer aos conhecimentos adquiridos no âmbito da escola, sobretudo nas áreas de português e matemática, quer aos conhecimentos resultantes da vivência do cidadão comum.

10.3 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, sendo valorada de 0 a 20.

10.3.1 — Na entrevista profissional de selecção serão ponderados os seguintes factores de apreciação:

Qualidades intelectuais;

Contacto e comunicação;

Atitude profissional (interesse, motivação, dinamismo e percepção dos postos de trabalho a prover);

Cultura geral.

11 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constarão da acta de reuniões do júri de concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

12 — A classificação final dos candidatos será expressa na escala de 0 a 20 valores e resultará na média aritmética simples das classificações obtidas nos métodos de selecção utilizados.

13 — Apresentação de candidaturas:

13.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento redigido em papel normalizado, dirigido à presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Avenida da República, 32, 1.º, 1050-193 Lisboa, e entregue durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ser enviado pelo correio, sob registo e com aviso de recepção.

14 — Do requerimento de admissão deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e números de telefone e de telemóvel);

b) Habilitações literárias;

c) Habilitações profissionais;

d) Categoria profissional, com indicação do estabelecimento ou serviço ao qual se encontra vinculado;

e) Experiência profissional, com indicação das funções desempenhadas;

f) Declaração, sob compromisso de honra, de que reúne os requisitos gerais de admissão ao concurso e de provimento em funções públicas, previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

g) Identificação do concurso mediante referência ao número e à data do *Diário da República* onde se encontra publicado o respectivo aviso de abertura;

h) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar e que sejam relevantes para a apreciação do seu mérito profissional;

i) Menção dos documentos que acompanham o requerimento.

15 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação, sob pena de exclusão, conforme o estabelecido no n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

a) Declaração, passada e autenticada pelo serviço, da qual constem, de maneira inequívoca, a habilitação académica de base, a categoria detida e, ainda, a antiguidade na actual categoria e na função pública até à data da publicação deste aviso;

b) Declaração autenticada do serviço especificando as tarefas e responsabilidades inerentes ao lugar que ocupa;

c) Documentos comprovativos das habilitações profissionais;

d) *Curriculum vitae* actualizado, devidamente datado e assinado pelo candidato;

e) Outros documentos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito.

16 — Assiste ao júri a faculdade de exigir dos candidatos a apresentação dos documentos comprovativos das declarações prestadas, bem como de solicitar aos serviços a que os candidatos pertencem os elementos considerados necessários, designadamente os seus processos individuais, de harmonia com o disposto no artigo 14.º, n.ºs 3 e 4, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

17 — A apresentação ou entrega de documento falso implica, para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a participação à entidade competente para procedimento disciplinar e penal, conforme os casos — artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

18 — A relação de candidatos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos dos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

19 — O júri terá a seguinte constituição:

Presidente — Maria João Paulino da Paz de Jesus Cavaleiro, técnica superior principal.

Vogais efectivos:

1.º Angelina Maria Cunha Antunes dos Reis Manatas, chefe de repartição, em regime de substituição, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

2.º Manuel Prata Ferreira Gomes, chefe de secção.

Vogais suplentes:

1.º Antónia Dias Campos Machado de Jesus Correia, assistente administrativa especialista.

2.º Maria Clara Leal Borges do Rosário, assistente administrativa especialista.

20 — O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

24 de Março de 2006. — A Presidente, *Elza M. Deus Pais*.

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Despacho n.º 9030/2006 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Abril de 2006, foi autorizada a recuperação do vencimento de exercício perdido aos seguintes funcionários:

Andra Gaspar Nikolic — 2 dias.

Isalina de Jesus Gomes — 2 dias.

Lucília Maria Samoreno Ferra — 3 dias.

Maria Alexandra Santos Carapeto — 2 dias.

Maria de Fátima Trindade Teixeira — 1 dia.

3 de Abril de 2006. — A Directora-Geral, *Maria Eugénia Santos*.